

# Psicologia do Desenvolvimento Infantil: Publicações Nacionais na Primeira Década do Século XXI

Scheila Machado da Silveira Becker

Cláudia de Moraes Bandeira

Ricardo Bertazzo Ghilardi

Claudio Simon Hutz

Cesar Augusto Piccinini

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, RS, Brasil

## RESUMO

Buscou-se caracterizar a produção científica nacional em psicologia do desenvolvimento infantil (0-12 anos), entre 2001-2010, em periódicos nacionais Qualis/CAPES A1, A2, B1. Analisou-se 388 artigos segundo três grupos de itens: características da autoria; temática e referencial teórico; características dos artigos empíricos. Os resultados indicaram aumento na produção ao longo da década. A maioria dos autores provém de instituições federais e as parcerias realizadas foram locais. Verificou-se prevalência de estudos empíricos onde a faixa etária mais investigada foi entre 6-12 anos. Grande parte das pesquisas envolveu a criança como participante na coleta de dados. O delineamento mais utilizado foi levantamento, com prevalência de métodos quantitativos. Os achados indicam que a pesquisa nacional em desenvolvimento infantil ainda apresenta delineamentos simples, transversais e quantitativos. Isso tende a diferir do padrão apresentado por estudos internacionais relevantes, que sugerem um novo paradigma na área com destaque para estudos longitudinais, apropriados para investigar o desenvolvimento infantil.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento infantil; Publicações nacionais; Produção científica.

## ABSTRACT

*Child Developmental Psychology: Brazilian Publications in the First Decade of the 21<sup>st</sup> Century*

The aim in this paper was to characterize the Brazilian scientific production in child development psychology (0-12 years old) between 2001-2010, in Brazilian journals ranked as Qualis/CAPES A1, A2, B1. The 388 articles were analyzed in three groups of items: characteristics of authorship; themes and theoretical references; characteristics of the empirical articles. The results indicate a production over the decade. Most authors come from federal institutions and the co-authorships were local. Most studies were empirical and the most investigated age group was between 6-12 years old. Most of the studies involved children as participants in data collection. Surveys were the most used design, with a prevalence of quantitative methods. The results indicate that Brazilian research in child development psychology still presents simple, cross-sectional and quantitative designs. That is in disagreement with the trend presented by relevant international studies, which suggest a new paradigm in the area, especially with longitudinal research, appropriate to study child development.

**Keywords:** Child development; Brazilian publications; Scientific production.

## RESUMEN

*Psicología del Desarrollo Infantil: Publicaciones Brasileñas en la Primera Década del Siglo XXI*

Se buscó caracterizar la producción científica brasilera en psicología del desarrollo infantil (0-12 años), entre 2001-2010, en periódicos brasileiros Qualis/CAPES A1, A2, B1. Se analizó 388 artículos según tres grupos de itens: características de la autoría; temática y referencial teórico; características de los artículos empíricos. Los resultados indicaron aumento en la producción al largo de la década. La mayoría de los autores son provenientes de instituciones federales y las asociaciones hechas fueron locales. Se verificó la prevalencia de estudios empíricos donde los grupos de edad más investigados fueron entre 6-12 años. Grande parte de las pesquisas envolvieron el niño como participante en la coleta de datos. El diseño de la encuesta se utilizó más, con una prevalencia de métodos quantitativos. Los resultados indican que la investigación nacional sobre el desarrollo del niño aún presenta diseños simples, transversales y quantitativos. Esto tiende a diferir de los estudios internacionales más relevantes que se aproximan de un nuevo paradigma en el área, especialmente con estudios longitudinales, apropiados para estudiar el desarrollo infantil.

**Palabras clave:** Desarrollo infantil; Publicaciones brasileiras; Producción científica.

O estudo do desenvolvimento humano é uma área bastante ampla e complexa por envolver mudanças físicas, mentais, sociais e emocionais (Berk, 2010). Desta forma, possibilita a intersecção com diversas disciplinas, tornando a definição do conceito de desenvolvimento humano uma tarefa difícil (Biaggio e Monteiro, 1998; Mota, 2005). A psicologia do desenvolvimento pode ser definida como disciplina científica que procura explorar, descrever e explicar os padrões de comportamento estáveis e mutáveis, expressos pelo indivíduo ao longo da vida (Aspesi, Dessen e Chagas, 2005), com destaque para as condições internas e externas ao indivíduo que afetam e promovem mudanças (Biaggio, 1978, Bronfenbrenner, 1977, 1996, 2011). Os processos do desenvolvimento podem ser estudados tanto por meio das mudanças perceptíveis ao longo do tempo, quanto por padrões de continuidade que são representados nos diferentes estágios e transições do ciclo vital (Dessen e Guedea, 2005).

Nessa mesma direção, para Bronfenbrenner (1992, p.191) o desenvolvimento humano envolve “um conjunto de processos por meio dos quais as propriedades do indivíduo e do ambiente interagem e produzem continuidades e mudanças nas características da pessoa e no seu curso de vida”. Assim a meta das investigações nessa área seria a compreensão dos mecanismos que operam para a manutenção das continuidades e mudanças no curso de vida do indivíduo, e não apenas o interesse no resultado do desenvolvimento (Elder, 1996).

A psicologia do desenvolvimento conquistou o *status* de disciplina científica ao longo do século XX, com a utilização de metodologias inspiradas no positivismo e nas ciências naturais (Aspesi et al., 2005; Papalia, Olds e Feldman, 2010). Como parte dela, a psicologia do desenvolvimento infantil, disciplina que se dedica ao entendimento das mudanças e continuidades que ocorrem da concepção até a adolescência (Berk, 2010; Papalia, Olds e Feldman, 2010), também usufruiu deste *status*. Tradicionalmente, buscava-se explicação das mudanças que ocorriam na infância por meio do entendimento dos estágios evolutivos (Aspesi et al., 2005; Mota, 2005). Em parte, a preocupação da área em entender esses estágios estava relacionada à necessidade de oferecer subsídios aos cuidados e educação considerados fundamentais aos anos iniciais e ao interesse no próprio conceito de infância como período particular do desenvolvimento (Mota, 2005). A observação direta do comportamento, a entrevista e o questionário eram as principais técnicas utilizadas (Berk, 2010).

O início do século XXI foi marcado por uma mudança de paradigma nas ciências sociais e naturais

e as abordagens do conhecimento que haviam sido fragmentadas, alienadas e isoladas, durante o século XX, passaram a ser criticadas pelas perspectivas mais recentes (Aspesi et al., 2005; Mota, 2005; Newman e Benz, 1998). Nesse contexto, o rigor metodológico dos experimentos foi criticado por Bronfenbrenner (1977), pois resultava em comportamentos não usuais e limitava as possibilidades de generalização dos achados para outros contextos (Newman e Benz, 1998). Com a ascensão do novo paradigma, surge a necessidade de relativizar, integrar e contextualizar os inúmeros fatores que interferem nos fenômenos investigados. Esta mudança traz a proposta de métodos que se adequam, por exemplo, à complexidade do desenvolvimento infantil, através de estudos sistêmicos, longitudinais, transculturais, transgeracionais e multimetodológicos (Aspesi et al., 2005).

No Brasil, nas últimas duas décadas a pesquisa em psicologia do desenvolvimento foi particularmente influenciada pela implementação de programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa voltados para o tema, o que permitiu a consolidação da área nos anos 90 (Souza, Gauger e Hutz, 2004). Ainda em meados dessa década, os pesquisadores da área se organizaram e, em 1996, após o VI Simpósio da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia) realizaram o I Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento. Em 1998 ocorreu o segundo congresso, marcado pela criação da Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento. Tais iniciativas permitiram uma maior organização dos pesquisadores da área com vistas a incentivar produções conjuntas.

Revisões da produção científica dessa área, na década de 80, apontaram para uma relativa variedade de temas, com ênfase no desenvolvimento infantil, além do uso preferencial de observação e de instrumentos psicométricos, com tratamento estatístico simples, apenas descritivo, bem como a ascensão de abordagens teóricas cognitivas e decréscimo de enfoques comportamentalistas (Souza et al., 2004). Especificamente acerca da psicologia infantil, Piccinini e Lopes (1993) revisaram os principais temas estudados no Brasil através da análise de artigos e resumos de congressos nacionais, entre 1986 a 1990. Analisaram a elaboração teórica e os procedimentos metodológicos dos estudos realizados, com o objetivo de avaliar o nível de desenvolvimento da pesquisa e suas possíveis contribuições. Identificaram uma dispersão de temas entendida pelos autores como indicativo de que raros estudos investigavam a fundo o tema proposto, pois os achados de um estudo não eram checados por outros estudos ou estendidos para contextos

diversos. Também apontaram para a simplicidade dos instrumentos, delineamentos e métodos de análise de dados e indicaram a ausência de estudos longitudinais e a falta de uma maior elaboração teórica (Piccinini e Lopes, 1993).

Quanto à produção científica na década de 90, Biaggio e Monteiro (1998) descreveram os profissionais e grupos que realizavam pesquisa em psicologia do desenvolvimento no país e destacaram a diversidade de temas estudados, e a preocupação com a aplicação dos achados e com problemas sociais. Já a revisão de Souza et al. (2004) sobre as publicações em psicologia do desenvolvimento, entre 1991 e 2000, mostrou que a maioria dos artigos eram empíricos, utilizavam técnicas quantitativas e dedicavam-se substancialmente ao estudo de crianças e adolescentes. Recentemente, Mezzalira e Guzzo (2011) realizaram um estudo sobre a produção científica brasileira em psicologia do desenvolvimento infantil no período de 1998 e 2010. Utilizando como palavra-chave a expressão desenvolvimento infantil, pesquisaram a base de dados da *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, o que resultou em 45 artigos de periódicos direcionados à área da psicologia. Esses foram examinados quanto à autoria, abordagem utilizada e uso de referências. Constatou-se uma concentração de autorias vinculadas a instituições públicas da região sul e sudeste. O estado que mais concentrou estudos foi São Paulo, seguido pelo Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que juntos representavam 57,6% do total das produções. As abordagens mais utilizadas foram modelo bioecológico e sócio-histórica, os participantes foram crianças, familiares e profissionais. Quanto à técnica mais utilizada para a coleta de dados destacou-se a entrevista, escalas, testes, questionários, observação, diário de campo, sendo a maioria das análises quantitativas.

As revisões mencionadas acima, de modo geral, apontam para estudos com delineamentos simples, transversais e quantitativos, especialmente, quando se referem aos estudos produzidos nas décadas de 80 e 90, o que indica a consonância destes com o paradigma de pesquisa presente no século XX. Contudo, frente ao reconhecimento da complexidade dos processos de desenvolvimento e da emergência de um novo paradigma (Aspesi et al., 2005), o objetivo do presente estudo foi caracterizar a produção científica nacional em psicologia do desenvolvimento infantil. Considerou-se o período entre 2001 e 2010 e fez-se a identificação das principais características das autorias, temas investigados, referenciais teóricos mais utilizados, além dos delineamentos, técnicas de coleta e análise dos dados empregados nos estudos empíricos.

## MÉTODO

Analisou-se a produção de psicologia do desenvolvimento infantil (0 a 12 anos), entre 2001 e 2010, nos principais periódicos nacionais disponíveis *on-line*. Para a seleção dos artigos, optou-se por analisar apenas aqueles encontrados em periódicos classificados pelo Qualis/CAPES como A1, A2 ou B1, o que resultou em 12 revistas<sup>1</sup>. Este procedimento foi escolhido frente à impossibilidade de buscar os artigos em bases de dados devido à dificuldade em definir todas as palavras-chave capazes de abarcar a produção da área. Assim, acessou-se cada número de cada uma das revistas e realizou-se a seleção dos artigos pela leitura do título, resumo e, quando necessário, do próprio artigo, para dirimir dúvidas.

Durante a análise das revistas buscou-se por artigos da área de psicologia do desenvolvimento infantil que tinham o primeiro autor vinculado a uma instituição brasileira. Além disso, os artigos deveriam ter como foco a faixa etária do 0 aos 12 anos e os processos de mudanças e continuidades que ocorrem nos indivíduos nessa faixa etária. Cabe ressaltar que o simples fato de a pesquisa envolver crianças, não foi critério para a seleção do artigo e, no caso de estudos empíricos, a definição desta faixa etária não estava necessariamente vinculada aos participantes, uma vez que os informantes poderiam ser adultos vinculados à criança. Assim, foram excluídos da seleção artigos que trataram de construção e validação de testes, psicoterapia ou psicodiagnóstico infantil e propostas metodológicas, além de publicações em formato de resenhas, relatos de experiências, entrevistas, notícias e editoriais.

Com base nesse critério foram selecionados 388 artigos. Após esta etapa, passou-se para um segundo momento, no qual cada artigo foi analisado em relação a três grupos de itens: características da autoria dos artigos; temática e referencial teórico; e, características dos artigos empíricos. Quanto às características da autoria, registrou-se a procedência institucional do primeiro autor, que foi classificada como federal, estadual, particular ou outras instituições (por exemplo, hospitais, prefeituras, fundações). Além disso, quando o artigo possuía mais de um autor, a parceria foi classificada em local (autores da mesma instituição), nacional (autores de instituições brasileiras diferentes) ou internacional (autor de outro país envolvido).

Com relação à temática do estudo, a definição se deu a partir da leitura do resumo e palavras-chave. Após a identificação do tema, buscou-se agrupá-los em categorias que representam as principais dimensões do desenvolvimento humano (Bee, 2003), tais como: físico (i.e. crescimento, maturidade sexual, etc.), perceptual

(i.e. habilidades sensoriais de visão, audição, etc.), cognitivo (i.e. memória, inteligência, etc.), cognição social (i.e. teoria da mente, sentimento de gratidão, etc.), linguagem (i.e. consciência fonológica, escrita, etc.), personalidade (i.e. temperamento, traços de personalidade, etc.), relações sociais (i.e. vínculo inicial, interação com pares, etc.) e desenvolvimento atípico (i.e. prematuridade, Síndrome de Down, etc.). Quanto ao referencial teórico, houve o registro apenas quando este era explicitado no artigo. Mesmo quando algumas citações e referências ofereciam um indicativo do referencial adotado, optou-se por não fazer inferências, e registrou-se que esta categoria não foi especificada.

Em relação ao tipo de artigo, inicialmente classificou-se os artigos como empíricos ou teóricos. Os artigos empíricos foram analisados por meio das seguintes categorias:

- a) Idade foco do estudo – classificaram-se os artigos nas três faixas etárias mais comumente examinadas nos estudos envolvendo desenvolvimento infantil: 0 a 3 anos incompletos; de 3 a 6 anos incompletos; e de 6 a 12 anos completos. Por vezes, as faixas etárias investigadas nos artigos eram diferentes das acima, como por exemplo, de 4 a 8 anos e, quando isso aconteceu, computou-se o artigo em duas faixas etárias, 3 a 6 anos e 6 a 12 anos;
- b) Participantes – especificaram-se os que foram incluídos nas coletas: criança, mãe e/ou pai, família (criança e pelo menos um progenitor), educadores e criança, profissionais e criança, educadores e famílias, educadores e pais;
- c) Número de participantes – classificou-se em até 15 participantes, 16 a 60, 61 a 150, 151 a 300, mais de 300 e não especificado (Souza et al., 2004);
- d) Delineamento da pesquisa – agruparam-se os estudos em experimento, levantamento de dados, estudo de caso e grupos contrastantes;
- e) Técnica de coleta de dados – registrou-se se o estudo envolveu observação, entrevistas (entrevistas e questionários), testes (testes psicológicos, escalas, inventários e outros testes, tais como, teste de consciência fonológica e teste de consciência lexical), tarefas (atividades apresentadas para as crianças que buscavam verificar sua resposta, por exemplo, situação problema, prova de desempenho, etc.) e combinação dessas técnicas;
- f) Análise dos dados – verificou-se se a análise foi qualitativa (análise de conteúdo, análise de discurso, microgenética, etc.); quantitativa (estatística descritiva ou inferencial – quando

ambas foram utilizadas, indicou-se apenas inferencial, por ser a mais complexa); ou a combinação das duas análises (por exemplo, análise de conteúdo e estatística descritiva).

A categorização dos artigos foi realizada por três juízes, sendo que cada um avaliou um terço do total de artigos e posteriormente revisou os artigos categorizados por outro juiz. Em caso de discordância, discutiu-se a categorização na presença dos três juízes. Foram calculadas as frequências e porcentagens de todas as categorias.

## RESULTADOS

Dos 388 artigos analisados entre 2001 e 2010, grande parte (58%) foi publicada entre 2006 e 2010. Isso indica mudanças na última década, com um forte incremento entre o ano de 2001 (5,9%) e o ano de 2010 (13,7%)<sup>2</sup>. Com relação às revistas em que esses artigos foram publicados, das 12 revistas, três concentraram mais de 50% de toda a produção, são elas: Psicologia: Reflexão e Crítica (24%); Psicologia em Estudo (15,5%) e Estudos de Psicologia – Natal (15,2%). As demais revistas apresentaram as seguintes porcentagens: Psicologia: Teoria e Pesquisa (11,1%); Estudos de Psicologia – Campinas (9%); Psicologia Escolar e Educacional (7%); Paidéia (4,9%); Psicologia: Teoria e Prática (3,6%); Psico – USF (3,4%); Aletheia (2,6%); Psicologia: Ciência e Profissão (2,1%); Psico – PUC (1,8%).

### Características da autoria dos artigos

Quanto à procedência institucional do primeiro autor, foram identificadas 97 instituições, contudo, 50% da produção se concentrou em oito instituições, são elas: USP (17% – soma de todos os *campi* da instituição); UFRGS (8,5%); UFSCar (5,7%); PUC (4,4% – soma de todos os *campi* da instituição); UFES (3,9%); UFPE (3,9%); UFMG (3,6%); Unicamp (3,6%). A classificação das instituições indicou que a maioria delas é Federal (48,2%), seguida das Estaduais (30,9%), particulares (18%) e outras (2,8%). Grande parte dos primeiros autores é proveniente do estado de São Paulo (39,7%), Rio Grande do Sul (14,9%), Minas Gerais (8,5%), Paraná (4,9%), e Pernambuco e Rio de Janeiro com a mesma porcentagem (4,6%). Os demais 22,7% estão distribuídos entre outros 14 estados. Com relação às parcerias entre os autores, a maioria é entre autores de uma mesma instituição (62,7%), seguido de parcerias nacionais (34,7%), com raras parcerias internacionais (2,6%). Por fim, 9,5% dos artigos tiveram um único autor.

## Temática e referencial teórico dos artigos

Os temas envolvendo o desenvolvimento infantil mais abordado nos artigos pesquisados foram: relações sociais (37%), cognitivo (24,9%), desenvolvimento atípico (15,1%), linguagem (10,7%), personalidade (5,8%), cognição social (3,6%), percepção (1,8%) e desenvolvimento físico (1,1%).

Em relação aos artigos teóricos, os temas mais examinados foram as relações sociais (37,9%), seguido pelo desenvolvimento atípico (19,7%), cognição (15,2%), linguagem (15,2%), personalidade (6%), cognição social (4,5%) e desenvolvimento físico (1,5%).

Quanto aos artigos empíricos observaram-se algumas diferenças ligadas a cada faixa etária. Quando o foco do estudo foi a faixa de 0 a 3 anos, o tema mais investigado foi as relações sociais (68%) com destaque para as temáticas interação pais-criança (44% dos artigos dessa categoria), desenvolvimento atípico (20%), linguagem (8%) e cognição (2%). Quando o foco do estudo foi a faixa dos 3 aos 6 anos, o tema mais investigado também foi as relações sociais (47,1%), porém o destaque foi para as interações criança-criança (34,7% dos artigos dessa categoria). Os outros temas mais estudados foram cognição (15,4%), desenvolvimento atípico (14,4%) e linguagem (13,5%). De forma menos expressiva também foram estudados aspectos da cognição social (3,8%), personalidade (2,9%) e percepção (2,9%). Com relação à faixa etária dos 6 aos 12 anos, o tema mais frequente foi cognição (36,6%), com destaque para os problemas de aprendizagem (28,5% dos artigos dessa categoria), seguido pelos temas relações sociais (25,3%), desenvolvimento atípico (13,1%), linguagem (8,7%), personalidade (8,3%), cognição social (4%), percepção (2,2%) e desenvolvimento físico (1,8%).

No que diz respeito ao referencial teórico adotado pelos estudos, verificou-se que a maioria (67,8%) dos artigos não o apresenta de forma explícita no texto. Com relação aos que citaram (32,2%), destacam-se os referenciais da psicologia sócio-histórica (6,2%), teoria psicogenética (5,6%), psicanálise (2,5%), teoria bioecológica (2,3%), psicologia evolucionista (2,3%), análise do comportamento (1,5%), e teoria sistêmica (1%). Os demais artigos (11%) estão dispersos entre 32 referências teóricas.

## Características dos artigos empíricos

Os artigos empíricos representaram 83% dos artigos analisados. Verificou-se que a faixa etária mais investigada foi de 6 a 12 anos (59,5%), seguida pela faixa etária de 3 a 6 anos (27,4%) e 0 a 3 anos (13,2%).

Quanto aos participantes das pesquisas, verificaram-se diferenças dependendo da faixa etária estudada, como pode ser visto na Tabela 1. Contudo, independente da faixa etária, na maioria dos estudos as crianças (74%) foram as participantes, seguido das famílias (14%), das mães e/ou pais (4%) e profissionais e crianças (4%).

TABELA 1  
Frequência (%) dos participantes dos estudos por faixa etária estudada

	0 a 3	3 a 6	6 a 12	Total
Criança*	45,8	71,0	83,4	74,0
Família*	37,5	11,0	7,4	14,0
Mães e/ou pais	4,2	8,0	2,3	4,0
Profissionais e crianças*	2,1	6,0	3,2	4,0
Famílias e Educadores*	2,1	1,0	2,3	2,0
Educadores	8,3	2,0	0,5	1,0
Pais e Educadores	0,0	1,0	0,9	1,0
Total	100	100	100	100

\* Categorias em que a criança participa da coleta.

Com relação ao número de participantes, não houve grande variação considerando a faixa etária investigada, e a maioria das pesquisas envolveu de 16 a 60 participantes (41%), seguido de pesquisas com até 15 participantes (27%), 61 a 150 participantes (19%), 151 a 300 (7%), mais de 300 (5%) e, 1% dos estudos não especificou o número de participantes.

Quanto ao delineamento utilizado nos artigos empíricos, a maioria realizou levantamento (49%), seguido por grupos contrastantes (24%), experimento (14%) e estudos de caso (13%). Ao considerar a escolha do delineamento pela faixa etária estudada, não houve variações que mereçam destaque. Contudo os artigos envolveram na quase totalidade estudos transversais (94%), com poucas variações em função da faixa etária estudada: de 0 a 3 anos (81,2%); de 3 a 6 anos (95%); e de 6 a 12 anos (97,2%).

Ao analisar as técnicas de coleta de dados verificou-se que, independente da faixa etária (Tabela 2) ou do tipo de delineamento (Tabela 3), as técnicas mais usadas foram, testes (22,3%), observação (16,7%), tarefa (16,4%), entrevista e teste (13%), entrevista (11%), entrevista e observação (6,2%), teste e tarefa (5%), observação e teste (4,3), outras (5,1%). Ao considerar as diferentes faixas etárias estudadas (Tabela 2) verificaram-se algumas variações. Por exemplo, a observação é a técnica mais utilizada na faixa de 0 aos 3 anos (39,6%) e entre 3 e 6 anos (28%). Já os testes (28,6%) aparecem mais entre os 6 e 12 anos.

A técnica de coleta dos dados também variou em função do delineamento da pesquisa. Por exemplo, nos estudos realizados por meio de levantamento, os testes (20,9%) foram mais usados, seguidos de entrevistas e testes (17,1%), entrevista (15,1%), observação (16,5%). Em relação aos estudos com grupos contrastantes, os testes (34,7%) também foram mais usados, seguidos por entrevista e teste (17,3%) e tarefa (14,7%). Aqueles que realizaram experimento tiveram como técnica preferencial a tarefa (47,9%) seguida de testes (24%). Nos estudos de caso a técnica predominante foi a observação (44,2%) e entrevista e observação (21%).

TABELA 2  
Frequência (%) da técnica de coleta de dados por faixa etária estudada

	0 a 3	3 a 6	6 a 12	Total
Teste	6,3	11,0	28,6	22,3
Observação	39,6	28,0	7,8	16,7
Tarefa	0	17,0	19,4	16,4
Entrevista e Teste	4,2	14,0	14,7	13,0
Entrevista	16,7	8,0	11,1	11,0
Entrevista e Observação	14,6	9,0	4,1	6,2
Teste e Tarefa	0	3,0	7,4	5,0
Observação e Teste	14,6	3,0	2,3	4,3
Outras	4,0	7,0	4,6	5,1
Total	100	100	100	100

TABELA 3  
Frequência (%) da técnica de coleta de dados por delineamento de pesquisa

	Levantamento	Grupos contrastantes	Experimento	Estudo de caso	Total
Teste	20,9	34,7	24	4,6	22,3
Observação	16,5	6,7	8,7	44,2	16,7
Tarefa	11,4	14,7	47,9	4,6	16,4
Entrevista e Teste	17,1	17,3	0	4,6	13,0
Entrevista	15,2	9,3	4,3	7	11,0
Entrevista e Observação	5,7	2,7	0	21	6,2
Teste e Tarefa	6,3	4	6,5	0	5,0
Observação e Teste	2,5	8	4,3	4,7	4,3
Outras	4,4	2,6	4,3	9,3	5,1
Total	100	100	100	100	100

Por fim, no que diz respeito às análises de dados realizadas, os métodos quantitativos foram mais frequentes (71,6%), sendo a estatística inferencial (58%) mais utilizada do que a descritiva (13,6%). O método qualitativo de análise de conteúdo foi utilizado em 13,3% dos estudos, seguido pela utilização de métodos mistos de análise – análise de conteúdo associada à estatística descritiva (6,5%) e análise de conteúdo associada à estatística inferencial (4%). Poucos estudos utilizaram a Análise Microgenética (1,5%) e a Análise de Discurso (0,6%). Os artigos restantes (2,5%) envolveram sete outros diferentes tipos de análises.

### DISCUSSÃO

O presente estudo buscou caracterizar a produção científica nacional em psicologia do desenvolvimento infantil na primeira década do século XXI, com base em 12 das principais revistas de psicologia, conforme

classificação do Qualis/CAPES. A revisão de diversos artigos permitiu a construção de uma visão geral desta área de investigação no país, com a identificação de avanços e de desafios para a pesquisa.

Os resultados encontrados indicaram que houve crescimento na produção científica nacional, embora a diferença entre a primeira e segunda metade da década não foi acentuada, indicando que se trata de uma área de pesquisa já consolidada, o que corrobora a afirmação feita por Souza et al. (2004), que atribuem à década de 90 do século passado o momento de estabelecimento da pesquisa em psicologia do desenvolvimento no Brasil. Assim, com um grupo de pesquisadores organizados e dedicados à área, o aumento na produtividade ocorrida na última década, pode refletir o investimento que o país tem feito em pesquisa, além de um aumento na periodicidade das revistas, uma vez que, das 12 revistas consultadas, nove aumentaram sua frequência de publicação ao longo da década.

Com relação à procedência institucional do primeiro autor, verificou-se que as instituições que se destacaram na produção de artigos são federais e estaduais, corroborando os achados de Mezzalana e Guzzo (2011). Quanto à procedência estadual do primeiro autor, os resultados apontaram para concentração de autores nas regiões sudeste e sul, de forma semelhante ao apontado por outros autores (Mezzalana e Guzzo, 2011; Souza et al., 2004). Estas prevalências podem ser explicadas pela distribuição dos programas de pós-graduação em psicologia alocados na sua maioria em instituições públicas, aproximadamente 70% e, nas regiões sudeste e sul, aproximadamente 60%<sup>3</sup>. Tais resultados evidenciam a necessidade de maior incentivo para a estruturação de programas de pós-graduação nas demais regiões do país, contribuindo, assim, para o crescimento da pesquisa em psicologia do desenvolvimento e das demais áreas, além de garantir maior representatividade e visibilidade das especificidades locais.

Verificou-se que mais de 90% da produção de artigos resultou de parcerias entre pesquisadores, os quais, na sua maioria, eram da mesma instituição. Comparando esses dados com os encontrados por Hutz e Adair (1996) e Souza et al. (2004), é possível verificar que os achados são semelhantes, indicando pouca cooperação interinstitucional. Souza et al. (2004) apostavam um crescimento das parcerias entre pesquisadores de diferentes instituições para a década analisada no presente estudo, contudo isso não se concretizou. A falta de articulação é ainda maior no que se refere às parcerias internacionais, que representaram um percentual de 2,6% no presente estudo e de 7,4% no estudo de Souza et al. (2004), apesar de o estabelecimento de parcerias ser uma meta almejada pelos profissionais ligados aos diferentes programas de pós-graduação e pela ANPEPP (2006), cuja existência busca promover o intercâmbio e a cooperação entre os centros de pesquisa e seus pesquisadores. Dentre as diversas razões que podem dificultar a articulação e cooperação entre pesquisadores, pode-se supor, o baixo investimento na pesquisa, pouca tradição de pesquisa, diversidade de temas investigados, sem falar nas diferenças teóricas e metodológicas na compreensão dos fenômenos estudados e mesmo na forma de conduzir as pesquisas.

Quanto aos temas investigados percebeu-se que os artigos teóricos, comumente de revisão da literatura apresentaram uma distribuição de temáticas semelhante aos artigos empíricos. Isso pode indicar que a realização de pesquisas empíricas tem ocorrido em paralelo com revisões e ensaios teóricos, como forma de subsidiar o planejamento destas pesquisas e sustentar seus achados.

Contudo, sem desmerecê-los, também é possível se pensar que eles estejam sendo feitos, por serem mais fáceis e não envolverem pesquisas com coletas de dados, comumente com custos maiores. Com relação aos artigos empíricos, a análise das temáticas por faixa etária estudada mostrou que os temas de interesse pareceram buscar aprofundar os conhecimentos sobre as tarefas desenvolvimentais de cada momento investigado. Ao estudar as crianças entre 0 e 3 anos, a maioria dos pesquisadores se interessou pelas relações sociais e, mais especificamente, pelas interações entre pais e criança, o que indica uma consonância com a tarefa primordial desta fase do desenvolvimento, que é o estabelecimento de relações de apego com seus cuidadores (Bowlby, 1989; Masten e Coatsworth, 1998).

Ao investigar a faixa etária dos 3 aos 6 anos, as relações sociais continuaram sendo o tema de maior interesse, contudo o destaque passou a ser as interações criança-criança, uma vez que nesse momento as relações com pares passam a se evidenciar (Belsky, 2010; Masten e Coatsworth, 1998). Além disso, para os pré-escolares o ingresso no ensino fundamental está próximo, assim, também se identificou aumento no número de estudos voltados ao tema da cognição, que passa a ser predominante entre os estudos com crianças de 6 a 12 anos de idade, com destaque para investigações acerca dos problemas de aprendizagem. Nessa fase, diversas tarefas desenvolvimentais se destacam (Masten e Coatsworth, 1998) como a adaptação à escola, o desempenho escolar, o estabelecimento da relação com pares e seguir regras sociais. Assim, além das questões cognitivas, as relações sociais também foram recorrentes entre os artigos envolvendo essa faixa etária, sendo o segundo tema mais investigado.

Outra temática de interesse dos atuais pesquisadores brasileiros, independente da faixa etária estudada, foi o desenvolvimento atípico o que também foi constatado na década de 80 (Piccinini e Lopes, 1993), quando os autores identificaram a importância nas investigações daquela época dos temas educação especial, deficiência física ou mental, problemas de saúde e hospitalização. Isto também pode ser considerado um indicativo da consolidação deste tema de interesse entre os pesquisadores na área do desenvolvimento infantil nas últimas décadas.

Ainda de acordo com a revisão feita por Piccinini e Lopes (1993), os autores indicaram que os estudos daquela época não possuíam sólido referencial teórico, fazendo com que os estudos fossem reduzidos a coletas de dados com pouca articulação com a teoria. Frente aos artigos aqui analisados, não se analisou a articulação entre os dados e a teoria utilizada, mas chama a atenção que a maioria dos artigos nem mesmo apresentou de

forma explícita o referencial teórico adotado, sugerindo que muitas vezes não havia um posicionamento claro dos pesquisadores quanto à sua orientação teórica e o quanto isso pautou a pesquisa. Já dentre os estudos que indicaram o referencial adotado, verificou-se uma diversidade teórica, mas pouca referência a teorias sistêmicas, apesar destas serem apontadas como promissora para a área de desenvolvimento da criança, uma vez que este ocorre sempre em um contexto mais amplo (Aspesi et al., 2005; Bronfenbrenner, 1977, 1996; Mota, 2005).

Como já destacados por outros autores (Hutz e Adair, 1996; Mezzalana e Guzzo, 2011; Piccinini e Lopes, 1993; Souza et al., 2004), a maioria dos artigos analisados foram empíricos. Isso pode ser explicado, segundo Souza et al. (2004), pelo grande número de pesquisas realizadas junto a programas de pós-graduação que geralmente envolvem coleta de dados para a realização de dissertações e teses. Além disso, reflete os investimentos nacionais em pesquisa, que tem viabilizado ao pesquisador a ida a campo, apesar de oscilações de tempos em tempos e ausência de uma política de investimento estável, especialmente quando se pensa em estudos longitudinais, que não podem depender de financiamentos pontuais.

Com relação aos artigos empíricos, verificou-se que mais da metade das pesquisas realizadas teve como foco de interesse a faixa etária de 6 a 12 anos, o que pode ser explicado não só por um maior interesse dos pesquisadores por temáticas acerca dos anos escolares, mas também por certa facilidade em conduzir pesquisas com esta faixa etária, em comparação com crianças mais novas. Estas crianças já possuem habilidades de expressão oral e mesmo escrita, além de haver disponíveis instrumentos validados capazes de acessar as crianças maiores. Contudo, isso não ocorre com crianças menores, para quem são raros os instrumentos de medida válidos no nosso contexto, o que dificulta enormemente a avaliação de bebês e crianças nos três primeiros anos de vida. Além disso, ainda existe a necessidade de se operacionalizar conceitos ligados ao desenvolvimento nos anos iniciais, com a criação de instrumentos para avaliar e acompanhar as crianças pequenas e as mudanças sutis que ocorrem diariamente na aquisição de novas habilidades.

Um importante achado desta revisão foi com relação aos participantes das pesquisas. Ao contrário do que se esperava e da realidade de outras áreas de pesquisa, como na pesquisa em educação (Delgado e Müller, 2005), constatou-se que as crianças foram elas próprias participantes da maioria das pesquisas. Esse fato pode retratar um amadurecimento dos pesquisadores em relação à utilização de métodos que possibilitem

acessar diretamente as crianças, além de evidenciar que os pesquisadores nacionais reconhecem e buscam envolver a criança como sujeito ativo, capaz de oferecer informações sobre seu desenvolvimento.

Percebe-se que na faixa etária do 0 aos 3 anos as pesquisas envolveram principalmente as mães e/ou pais e educadores. Já na faixa de 3 a 6 anos e 6 a 12 anos, tenderam a focar majoritariamente a criança diminuindo o interesse nos contextos de desenvolvimento, mesmo que família e escola exercem grande influência durante toda a infância (Bronfenbrenner, 1996, 2011). Nesse sentido, é importante que as futuras pesquisas busquem ampliar o foco, investigando não só a criança, mas seus diversos contextos de desenvolvimento.

O tamanho da amostra dos estudos analisados se mostrou semelhante aos encontrados por Souza et al. (2004), evidenciando que a preferência dos pesquisadores ou a capacidade técnica e de recurso para o desenvolvimento das pesquisas se mantém semelhante desde a década de 90. A maioria dos estudos utilizou um delineamento transversal, apesar de o mais indicado para os estudos em psicologia do desenvolvimento ser o longitudinal (Carvalho-Barreto, 2011; Mota, 2010). Pelas suas características é essencial que essa área utilize métodos que permitam ao pesquisador acompanhar as crianças ao longo do tempo, avaliando aspectos de continuidade e mudança, examinando os efeitos cumulativos de uma sequência de transições ou experiências e controlando as múltiplas variáveis que afetam o desenvolvimento infantil (Carvalho-Barreto, 2011; Mota, 2005, 2010).

Esse reduzido número de estudos longitudinais pode estar relacionado ao tipo de financiamento à pesquisa existente no Brasil, comumente de curta duração, o que dificulta a realização de estudos longitudinais com coletas que podem se estender por anos. Soma-se a isso a extrema dificuldade de se contratar pesquisadores, o que raramente é prevista nos editais governamentais de apoio à pesquisa. Com isso, a execução dos projetos fica na dependência de graduandos e pós-graduandos, que possuem, comumente, vínculos de pouca duração com as pesquisas, exigindo a reestruturação contínua da equipe de pesquisadores.

Em relação à técnica de coleta dos dados, a maioria dos estudos que investigaram as faixas etárias de 0 a 3 anos e 3 e 6 anos fizeram as coletas por meio de observação, embora nessa última faixa, houve aumento da utilização de testes, entrevistas e tarefas. Entre 6 e 12 anos, houve maior diversidade de técnicas utilizadas, com diminuição da observação e o predomínio dos testes. Esses resultados retratam a dificuldade encontrada pelos pesquisadores em estudar crianças que ainda não dominam a linguagem oral e escrita,



com raros instrumentos validados para a primeira faixa etária.

Segundo Delgado e Müller (2005) a produção brasileira sobre metodologias investigativas das crianças e suas culturas apresentam lacunas que geram dúvidas quanto à capacidade das estratégias metodológicas de apreender a verdadeira realidade infantil. Apesar de a observação ser uma ótima estratégia de pesquisa, existem no exterior inúmeros instrumentos de amplo uso (por exemplo, Escala de Avaliação do Comportamento do Neonato – Brazelton, Escala de Desenvolvimento Infantil de Bayley, Teste Denver, Escala de avaliação para autismo infantil – CARS) que ainda não possuem correspondentes em nosso país. Sendo assim, é muito importante que se invista intensamente na importação e validação desses instrumentos para o contexto brasileiro. Só assim se poderá internacionalizar a produção científica relacionada aos anos iniciais, na medida em que os mesmos instrumentos usados no exterior sejam também usados em nosso país. Paralelo a isso, pode-se também investir na construção de novas medidas, desenvolvidas diretamente no nosso contexto.

Os resultados do presente estudo, também mostraram variação nas técnicas de coleta dos dados em função do tipo de delineamento da pesquisa. Os estudos realizados por meio de levantamento e grupos contrastantes utilizaram preferencialmente testes e entrevistas. Já os estudos envolvendo experimento apresentaram uma preponderância por tarefas, e os estudos de caso recorreram frequentemente à observação. Assim como indicado por Robson (1993), percebeu-se que, mesmo não havendo uma pré-determinação da técnica de coleta em função do delineamento escolhido, algumas técnicas tendem a estarem mais associadas a alguns tipos de estratégia de pesquisa adotada pelo pesquisador.

Com relação à análise dos dados, apesar de se verificar nos últimos anos um aprimoramento na utilização de métodos estatísticos, optando-se com maior frequência às análises inferenciais, o mesmo parece não ter ocorrido com os métodos qualitativos. Além de serem menos utilizados, verificou-se pouca diversidade nas análises, indicando que os pesquisadores acabaram usando basicamente os métodos clássicos de análise de conteúdo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão aponta para a necessidade de a pesquisa nacional investir em estudos longitudinais e na elaboração de diferentes técnicas de pesquisa voltadas para os primeiros anos de vida, faixa etária

com menor número de estudos e que se mantém usando raros instrumentos validados de avaliação. Além disso, reforça-se a importância da promoção de parcerias entre pesquisadores de diferentes instituições nacionais e internacionais, visando à colaboração em pesquisa de grande escala e mesmo promovendo troca de experiência e a internacionalização da produção científica brasileira.

O crescimento contínuo das pesquisas na área ao longo das últimas décadas evidencia sua consolidação como disciplina científica, mesmo que ainda não apresente mudanças expressivas na forma de realizar pesquisa, apresentando, sobretudo delineamentos simples, transversais, com instrumentos muitas vezes não validados e com análises dos dados realizadas com pouca sofisticação. Isso tende a diferir dos estudos internacionais mais relevantes, que tendem a refletir um novo paradigma na área com destaque para estudos longitudinais mais apropriados para estudar o desenvolvimento infantil.

Embora não se tenha realizado uma revisão exaustiva da produção nacional em psicologia do desenvolvimento, entende-se que os artigos analisados são uma amostra representativa da produção qualificada da área por terem sido publicados em periódicos reconhecidos pela comunidade científica e classificados pelo Qualis/CAPES como A1, A2 ou B1. Frente aos resultados obtidos nesta revisão, é possível considerá-lo um indicador das tendências na pesquisa em psicologia do desenvolvimento infantil na primeira década do século XXI, apontando as lacunas e gerando reflexões para estudos futuros.

Contudo, por ser uma amostra dos artigos publicados nas principais revistas da área, acabou-se por fazer um recorte da produção de maior destaque, sem se poder conhecer o que está sendo publicado nessa área nas demais revistas. Se a presente investigação já identificou problemas na produção nacional na área de desenvolvimento infantil, é plausível se pensar, que no restante das revistas, que acabam por vezes recebendo artigos de menor qualidade, a situação é ainda mais séria do que as limitações dos estudos apontadas nessa revisão.

## REFERÊNCIAS

- ANPEPP. (2006). *Estatuto da ANPEP*. Retrieved from <http://www.anpepp.org.br/1-Acervo/pri-acervo.htm>
- Aspesi, C. C., Dessen, M. A. & Chagas, J. F. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: uma perspectiva interdisciplinar. In M. A. Dessen & A. Costa Junior. *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed.
- Bee, H. (2003). *A criança em desenvolvimento*. (9ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

- Belsky, J. (2010). *Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo da vida*. Porto Alegre: Artmed.
- Berk, L. E. (2010). History, theory, and research strategies. In L. E. Berk. *Development through the lifespan* (pp. 2-43). Needham Heights, MA :Allyn and Bacon.
- Biaggio, A. M. B. (1978). *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Biaggio, A. M. B. & Monteiro, J. K. (1998). A psicologia do desenvolvimento no Brasil e no mundo. In M. L. S. Moura, J. Correa & A. Spinillo (Orgs.). *Pesquisas brasileiras em psicologia do desenvolvimento*. (pp. 15-31). Rio de Janeiro: UERJ.
- Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (1977). Toward an experimental ecology of human development. *American Psychologist*, 32, 513-530.
- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological systems theory. In R. Vasta (Org.). *Six theories of child development* (pp. 187-243). London: Jessica Kingsley Publishers.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho-Barreto, A. (2011). Estudos longitudinais do desenvolvimento humano: revisão de artigos brasileiros. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (pp. 982-983).
- Delgado, A. C. C. & Müller, F. (2005). Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. *Cadernos de Pesquisa*, 35(125), 161-179.
- Dessen, M. A. & Guedea, M. T. D. (2005). A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise. *Paidéia*, 15(30), 11-20.
- Elder, G. (1996). Human lives in changing societies: Life course and developmental insights. In R. B. Cairns, G. H. Elder & E. J. Costello (Orgs.). *Developmental science* (pp. 31-62). New York: Cambridge University Press.
- Hutz, C. S. & Adair, J. G. (1996). The use of references in Brazilian psychology journals reveals trends in thought and research. *International Journal of Psychology*, 31, 145-149.
- Masten, A. S. & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. *American Psychologist*, 53, 205-220.
- Mezzalana, A. S. C. & Guzzo, R. S. L. (2011). A temática “psicologia do desenvolvimento infantil” nas produções nacionais: estado da arte. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento* (pp. 986-987).
- Mota, M. E. (2005). Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas em Psicologia*, 13(2), 105-111.
- Mota, M. E. (2010). Metodologia de Pesquisa em Desenvolvimento Humano: Velhas Questões Revisitadas. *Psicologia em Pesquisa*, 4(2), 144-149.
- Newman, I. & Benz, C. R. (1998). *Qualitative-quantitative research methodology: exploring the interactive continuum*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2010). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed.
- Piccinini, C. A. & Lopes, R. C. S. (1993). A pesquisa em psicologia infantil no Brasil: Alguns aspectos críticos. In Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Org.). *Cadernos da ANPEPP* (pp. 43-55). São Paulo, SP: ANPEPP.
- Robson, C. (1993). *Real world research*. Oxford: Blackwell.
- Souza, L. K., Gauger, G. & Hutz, C. S. (2004). Publicações em psicologia do desenvolvimento em dois periódicos nacionais na década de 1990. *Psico-USF*, 9, 49-57.

Recebido em: 31.08.2012. Aceito em: 14.03.2013.

#### Notas:

<sup>1</sup> Tomando por base a classificação Qualis/CAPES de 2011 foram incluídas as seguintes revistas: A1: Psicologia: Reflexão e Crítica; A2: Estudos de Psicologia (Natal), Estudos de Psicologia (PUCCAMP), Psicologia em Estudo, Psicologia: Teoria e Pesquisa; B1: Aletheia, Paidéia, Psico, Psico-USF, Psicologia Escolar e Educacional, Psicologia: Ciência e Profissão, Psicologia: Teoria e Prática. Apesar da revista Psicologia e Sociedade ser classificada como A2, ela não foi incluída por se tratar de revista direcionada especificamente para a área de Psicologia social.

<sup>2</sup> Segue a porcentagem de artigos publicados em cada ano analisado: 2001 (5,9%), 2002 (7,7%), 2003 (9%), 2004 (9,3%), 2005 (10,3%), 2006 (11,1%), 2007 (9%), 2008 (12,9%), 2009 (11,1%), 2010 (13,7%).

<sup>3</sup> Fonte ANPEPP (<http://www.anpepp.org.br/2-Pos-grad/pri-pos.htm>). Acesso em: 03 jul. 2012.

#### Autores:

Scheila Machado da Silveira Becker – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Núcleo de Infância e Família, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cláudia de Moraes Bandeira – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Ricardo Bertazzo Ghilardi – Psicólogo Bolsista do Laboratório de Mensuração, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Claudio Simon Hutz: Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Cesar Augusto Piccinini – Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

#### Enviar correspondência para:

Scheila Machado da Silveira Becker  
Núcleo de Infância e Família – Instituto de Psicologia  
Rua Ramiro Barcelos, 2600 – sala 111  
CEP 90035-003, Porto Alegre, RS, Brasil  
E-mail: [scheilamachado@gmail.com](mailto:scheilamachado@gmail.com)